

INFORME

8 a 12 de março de 2021

Fecomércio MG

Retorno à fase zero da flexibilização em BH preocupa Fecomércio MG

iStock



Diante da aceleração de casos da nova variante do novo coronavírus (Covid-19), a **prefeitura de Belo Horizonte determinou, por meio do Decreto nº 17.562/2021, o retorno à fase zero de reabertura da economia.** Com isso, desde sábado (06/03), apenas os serviços essenciais estão autorizados a funcionar.

A Fecomércio MG manifesta sua preocupação com as novas restrições à abertura da economia em BH por entender que milhares de empresários ainda lutam para manter suas empresas funcionando. Além disso, **o anúncio repentino da medida – após a decisão, na quarta-feira**

(03/03), de manter o comércio não essencial aberto – só agrava a situação do setor terciário. Por ter caráter indeterminado, a medida potencializa a sensação de insegurança por parte das empresas.

A entidade também reforça que a maioria dos estabelecimentos tem cumprido os protocolos de prevenção à doença, investindo em adequações sanitárias e não permitindo aglomerações. Por isso, proibir o funcionamento das atividades não essenciais sem combater as reuniões e festas clandestinas será insuficiente para conter a escalada de casos do novo coronavírus na cidade.

Nesse sentido, **a Fecomércio MG pede à população que contribua para a retomada da economia seguindo todos os protocolos sanitários e se engajando na campanha de imunização contra o Covid-19.** Só com a população vacinada e os cuidados com a higiene, será possível reabrir as atividades empresariais de forma definitiva, recuperando a confiança de empresários e consumidores.

Leia o posicionamento [na íntegra](#).

Federação e mais 17 entidades propõem à Prefeitura de BH dez medidas de combate à pandemia

As principais entidades do setor produtivo de Belo Horizonte, incluindo a Fecomércio MG, reuniram-se nesta segunda-feira (08/03) para debater e propor soluções para preservar vidas e contribuir para a reabertura da economia na capital.

Cientes da gravidade do momento, as entidades compreendem a decisão da Prefeitura de BH em permitir apenas o funcionamento de serviços essenciais.

No documento enviado à prefeitura, as **18 entidades pontuam**, no entanto, **que a imprevisibilidade da decisão pode agravar ainda mais a situação dessas empresas**, já duramente afetadas pela pandemia de Covid-19. Para as instituições, mudanças repentinas dificultam a manutenção de empresas e empregos.

Por isso, **propõem a implantação dez medidas e políticas públicas para o combate à crise na capital mineira. Conheça quais:**

1. ampliação no número de leitos de UTI;
2. intensificação e melhoria na fiscalização de empresas que estão em desacordo com o cumprimento dos protocolos sanitários;
3. promoção de campanhas de conscientização em mídia aberta;
4. exigência do aumento da frota e do cumprimento dos horários do transporte coletivo;
5. planejamento logístico para agilizar a vacinação na cidade;
6. unificação de protocolos entre as prefeituras de BH e região;

Felipe Cruz/ iStock



7. incentivo ao diálogo permanente entre os governos estadual e municipal para o enfrentamento à pandemia;
8. ações que envolvam as entidades representativas;
9. cronograma para a reabertura de todo o comércio na cidade;
10. edição de medidas governamentais de apoio financeiro às empresas.

Confira a matéria completa em [nosso site](#).

INFORME

8 a 12 de março de 2021

Fecomércio MG

Presidente interina da Fecomércio MG agradece governo estadual por apoio à implementação de Refis mineiro

A presidente interina da Fecomércio MG, Maria Luiza Maia Oliveira, agradeceu ao governador Romeu Zema e ao secretário-adjunto de Estado da Fazenda, Luiz Cláudio Lourenço, pelos esforços do governo de Minas Gerais em apoiar a implementação de um novo Refis estadual. Os cumprimentos foram feitos por meio de ofício enviado na última sexta-feira (05/03).

Aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o Convênio ICMS nº 17/2021 autoriza o Estado de Minas Gerais a instituir o programa especial de parcelamento de créditos tributários relativos ao ICMS. A medida é resultado de ações da Federação com o Colégio de Representantes dos Contribuintes Mineiros.

No ofício, Maria Luiza destaca não só a satisfação com o convênio, mas também enaltece o papel da entidade ao trabalhar pela melhoria do ambiente de negócios,

simplificação dos processos burocráticos e valorização dos investidores, condições primordiais à geração de empregos e ao desenvolvimento socioeconômico. Além disso, a Federação se colocou à disposição para auxiliar o governo no que for preciso em relação à regulamentação desse parcelamento.

Conheça os principais pontos do convênio em [nosso site](#).

Imprensa MG



Federação pede ao governo de Minas não interrupção do fornecimento de serviços de água e energia elétrica por inadimplência e suspensão de cobranças

Em ofício ao governador Romeu Zema, a Fecomércio MG solicitou ao governo que avalie a possibilidade de adotar as providências do artigo 11 da Lei Estadual nº 23.631/2020. O pedido foi realizado pela presidente interina da Fecomércio MG, Maria Luiza Maia Oliveira, na segunda-feira (08/03).

A norma prevê a não interrupção do fornecimento de serviços essenciais, como água e energia elétrica, por inadimplência ou atraso no pagamento das tarifas. De acordo com a medida, o Estado pode adotar tais providências, caso os serviços estejam sob a sua responsabilidade e a atividade empresarial tenha sido suspensa ou reduzida em função de ato do poder público.

A lei ainda permite que a suspensão temporária dos procedimentos de cobrança de dívidas tributárias e não

tributárias, como os protestos de dívida ativa.

A entidade defende a aplicação da medida, por entender que a Deliberação nº 130/2021 restringiu ainda mais a circulação de pessoas, deteriorando a situação financeira das empresas mineiras. Com a onda roxa, os empresários se encontram diante de um cenário delicado, que conjuga dificuldades para o cumprimento das obrigações tributárias e tarifárias e uma redução drástica nas receitas.

Em caso de interrupção de serviços públicos essenciais, a situação desses negócios poderia se agravar, inviabilizando, inclusive, suas operações. Além disso, em caso de protesto de títulos, como os de dívida ativa do Estado, milhares de empresários estariam impossibilitados de tomar crédito junto às instituições financeiras, asseverando os efeitos da crise.

Proposta que visa prorrogar o vencimento de empréstimos bancários recebe apoio da Federação e Sindcomércio Montes Claros

A diminuição ou ausência de receitas provocada pela crise financeira decorrente da pandemia de Covid-19 motivou a retomada da União das Entidades de Classe do Norte de Minas. Para atenuar esse problema, o Sindcomércio Montes Claros – entidade filiada à Fecomércio MG e integrante do grupo de defesa da classe produtiva nortemineira – requisitou à Federação apoio ao Projeto de Lei (PL) 764/2021. A proposta tem autoria do deputado federal Marcelo Freitas (PSL/MG).

O objetivo da proposição é prorrogar o vencimento dos empréstimos bancários. Segundo o texto, apresentado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a medida estenderia os contratos firmados por pessoas jurídicas de direito privado junto à rede bancária pelo dobro do prazo inicialmente estabelecido. Assim, o PL 764/2021 ajudaria a minimizar os problemas enfrentados pelas empresas em

relação ao pagamento de obrigações financeiras assumidas.

A proposta, válida para empréstimos contratados até o dia 28 de fevereiro de 2021, também permite um decréscimo nas parcelas entre 50 a 60%. No entanto, ela não se confunde com as Medidas Provisórias (MPs) 1016 e 1017 de 2020, que buscam a renegociação de dívidas com possibilidades de quitação com descontos.

Nesta quarta-feira (10/03), a Fecomércio MG formalizou à CNC um pedido de apoio à proposta junto ao Congresso Nacional, por entender seu impacto, sobretudo, para as micros e pequenas empresas. Também por ofício, a entidade manifestou ao deputado Marcelo Freitas sua disposição em contribuir com a aprovação da medida.

Confira o ofício do [Sindcomércio Montes Claros](#) e da Fecomércio MG à [CNC](#) e ao deputado [Marcelo Freitas](#).

INFORME

8 a 12 de março de 2021

Fecomércio MG

Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac adere ao movimento “Unidos pela Vacina”

Reprodução



unidos pela vacina

Em busca de soluções para a restabelecer a saúde da população e retomar as atividades empresariais em Minas Gerais, o **Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac aderiu ao movimento “Unidos pela Vacina”**. A iniciativa, liderada pela presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza e do Grupo Mulheres do Brasil, **Luiza Helena Trajano**, visa, por meio de ações e recursos, acelerar a vacinação de toda a população brasileira contra o Covid-19 até setembro de 2021.

Ciente da importância desse movimento, o Sistema Fecomércio MG apoia a iniciativa e defende a vacinação como ação indispensável em todo o estado. O “Unidos pela Vacina” é um movimento da sociedade civil, que reúne

representantes de diversos setores, incluindo empresários, executivos, líderes comunitários, entidades de classe, profissionais liberais e da saúde.

A presidente interina da Federação, Maria Luiza Maia Oliveira, destaca a importância de ações que incentivem a vacinação. “Só a vacina criará condições para que a economia se reestabeleça, permitindo ao setor terciário que continue a trabalhar em busca de bons resultados, resgatando a confiança de empresários e consumidores.”

O projeto, que está em fase de discussão entre as entidades do Sistema, ainda apresentado à Diretoria.

Sistema mobilizado

Em paralelo ao “Unidos pela Vacina”, a Fecomércio MG tem solicitado, junto à CNC, a atuação intensa do Sesc e do Senac Nacional nas ações envolvendo a imunização. Em Minas Gerais, o Sesc em Minas disponibilizou suas unidades para as prefeituras e a Secretaria de Estado de Saúde utilizarem como locais de vacinação contra o Covid-19. A instituição é uma das parceiras das prefeituras de Belo Horizonte e Santa Luzia nessa campanha de enfrentamento ao coronavírus.

Federação solicita retificação de inconsistências sobre a onda roxa

A presidente interina da Fecomércio MG, Maria Luiza Maia Oliveira, enviou ontem (11/03) um **ofício ao gabinete do secretário-geral de Estado, Mateus Simões**. No documento, ela destaca um **grave conflito de regras ocasionado pela Deliberação nº 130/2021, que instituiu a onda roxa no estado**.

O protocolo prevê no artigo 3º, parágrafo único, inciso II, que a suspensão das atividades de comércio e serviços não se aplica às transações comerciais por aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares. Contudo, o artigo 7º, inciso II, proíbe a circulação de pessoas, exceto para o desempenho de atividades, serviços e bens essenciais, nos termos do §1º, inciso I, artigo 7º.

Se por um lado a deliberação autoriza a realização da atividade não essencial de forma remota durante a onda

roxa, por outro só libera o comparecimento ao local de trabalho naquelas consideradas essenciais. Assim, inviabiliza o acesso dos trabalhadores a essas empresas, impossibilitando a operação no formato *delivery*.

Para sanar essa inconsistência, a Fecomércio MG solicitou ao governo a retificação da Deliberação nº 130/2021, de modo a permitir a circulação de trabalhadores de atividades não essenciais e viabilizar o atendimento remoto. Em caso de embaraço para retificá-la, a entidade pede ao governo que esclareça formalmente que essas atividades também podem funcionar na onda roxa por *delivery* e que os seus trabalhadores podem circular para comparecer ao local de trabalho.

Leia [na íntegra](#) o ofício ao secretário-geral de Estado.

13 das 14 macrorregiões estão nas fases restritivas do Minas Consciente

Com a alta de 5% no número de casos e óbitos por Covid-19 em Minas Gerais, o Comitê Extraordinário Covid-19 decidiu nessa quarta-feira (10/03) restringir ainda mais as atividades econômicas no estado. Com isso, **as macrorregiões Centro-Sul, Oeste e Sudeste regressam para a onda vermelha do Minas Consciente**. Assim, as atividades deverão funcionar com limitação de até 30 pessoas em eventos, distanciadas ao menos três metros entre si.

Atualmente, **apenas a macrorregião Jequitinhonha está na onda amarela**. No total, **nove localidades estão na onda vermelha e quatro na onda roxa**, faixa mais restritiva

criada para frear o contágio por Covid-19 e reestabelecer a capacidade de assistência médica de forma célere.

Além desses lugares, **as microrregiões de Guanhães, Itabira, Manhuaçu e João Monlevade deverão seguir os protocolos da onda roxa**, como toque de recolher das 20h às 5h e aos finais de semana. **No último sábado (06/03), o Comitê já havia decidido pela inclusão da microrregião de Ponte Nova nessa faixa**.

Confira a tabela completa por região em [nosso site](#) e conheça também os detalhes sobre a onda roxa.

INFORME

8 a 12 de março de 2021

Fecomércio MG

Reunião marca avanços em parceria entre Fecomércio MG e a Caixa Econômica Federal

iStock



Com o intuito de fortalecer o relacionamento entre as entidades e, assim, construir pontes para uma parceria que colabore com o setor terciário, **representantes da Fecomércio MG se reuniram ontem (11/03) com membro da Caixa Econômica Federal (CEF)**. Na ocasião, foram discutidos o andamento dos processos de cobrança e a

oferta de uma linha de financiamento aos representados da Federação.

Em conversas com a Caixa, a entidade teve uma de suas solicitações atendida: a homologação dos boletos com retorno em até dois dias. De acordo com a Federação, esse retorno não existia antes das últimas tratativas. **Outro avanço é a baixa dos boletos em 40 dias após o vencimento sem custo; hoje esse processo acontece em 28 dias após o vencimento.**

Pela Caixa, participou do encontro o superintendente executivo de varejo, Francisco Pereira Junior. Entre os presentes pela Federação estiveram: a presidente interina, Maria Luiza Maia Oliveira; o diretor Marcelo Carneiro Árabe; a assessora administrativa da Presidência, Kelly Figueiredo; a gerente executiva contábil e financeira da Federação, Luciene Franco; e o analista administrativo Lucas Loyola Reis.

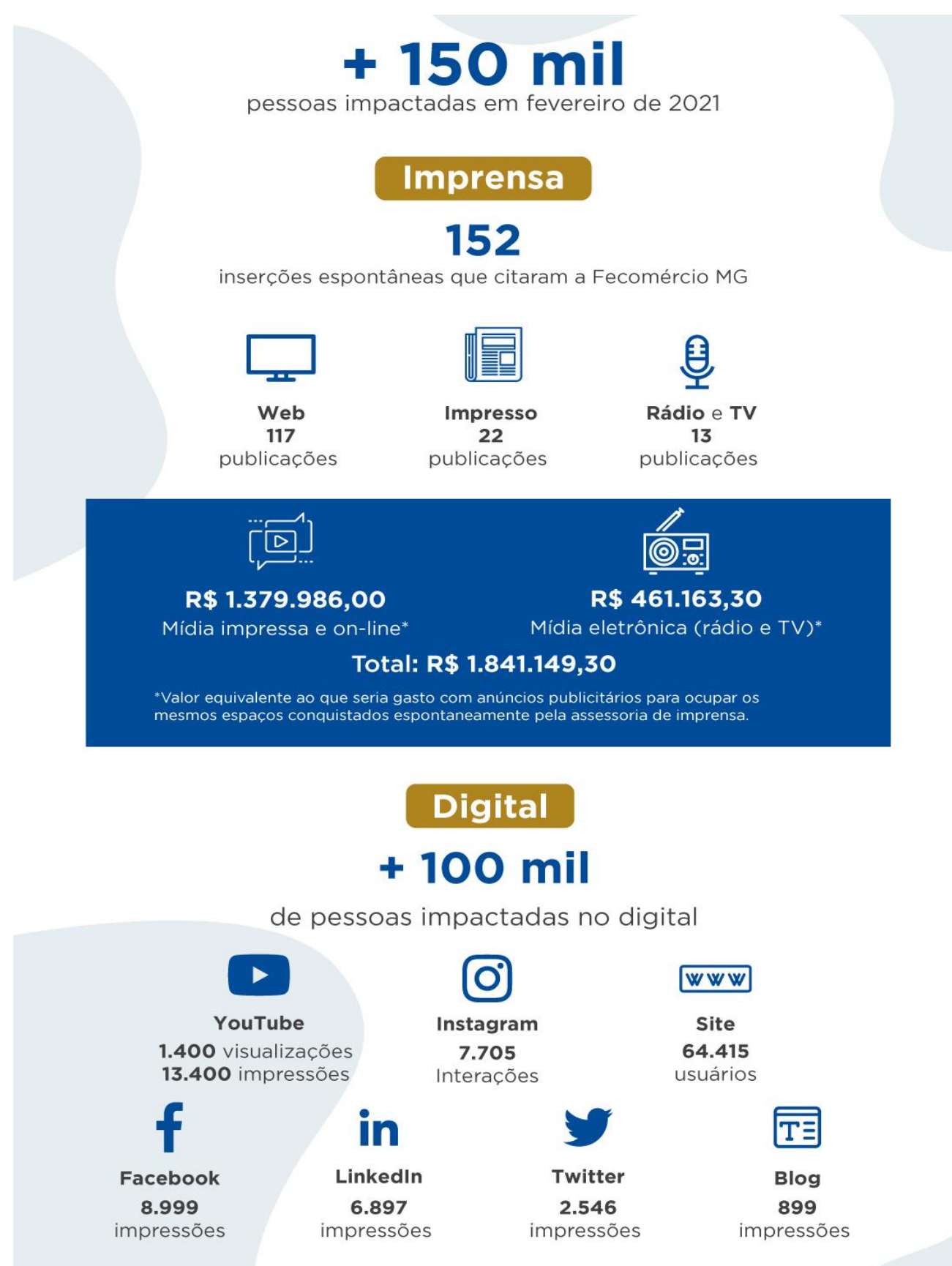
Fecomércio MG alcança bons resultados na imprensa e nas redes sociais

A Fecomércio MG conquistou resultados positivos na imprensa e nas redes sociais no mês de fevereiro. A Comunicação da entidade apresenta o balanço das ações no último mês: **ao todo foram publicadas 152 matérias na imprensa que citaram a Federação.**

Esses espaços conquistados de forma espontânea equivalem a R\$ 1.379.986,00 que seria gasto com anúncios publicitários em mídia impressa e on-line e **a R\$ 461.163,30 em mídia eletrônica (rádio e TV).**

Em relação às redes sociais, **a Fecomércio MG impactou mais de 100 mil pessoas em suas mídias digitais**, com destaque para os acessos no site (64.415) e as impressões no YouTube (mais de 13 mil) e Facebook (quase 9 mil).

Mais detalhes sobre a exposição alcançada pela entidade na peça ao lado.



Senado atende pleito do Sistema Comércio e aprova texto que torna Pronampe permanente

O Plenário do Senado Federal aprovou na quarta-feira (10/03) o Projeto de Lei (PL) 5.575/2020. A iniciativa torna permanente o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O objetivo é transformar o Pronampe em uma política oficial de crédito, com seus recursos usados de forma contínua para consolidar um tratamento distinto às micros e pequenas empresas.

O autor da proposição é o senador Jorginho Mello (PL/SC) e a matéria foi relatada pela senadora Kátia Abreu (PP/TO). De acordo com o projeto, a União fica autorizada a aumentar sua participação no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a concessão de garantias no âmbito do Pronampe.

O programa foi criado como sistema de crédito emergencial para a pandemia de Covid-19 por meio da Lei nº

13.999/2020. Diante da grande procura por essa linha, a Fecomércio MG e a CNC atuaram em conjunto com ações legislativas para aumentar a participação da União no FGO ao longo desse período de pandemia, além de solicitar mais prazo de carência para quitação das parcelas do programa.

O texto aprovado pelos senadores regulamenta o artigo 13 da lei, reforçando o caráter permanente do programa. A senadora Kátia Abreu acatou emenda e incluiu no artigo 6º de seu relatório a previsão de prorrogação do prazo de carência dos empréstimos concedidos por meio do Pronampe por 180 dias, atendendo ao pleito do Sistema Comércio.

O projeto de lei ainda precisa ser apreciado pela Câmara e, posteriormente, pelo presidente da República.